

A questão da dívida sob um novo enfoque

Ainda sob o efeito da decisão do Citicorp de elevar suas reservas para defender-se das perdas provocadas por maus empréstimos, o governo brasileiro se prepara para uma nova e decisiva rodada de negociações com os bancos credores, que deverá acontecer no final de junho, logo após a reunião de cúpula dos sete países mais ricos do mundo, marcada para o início do mês, em Veneza. Nesse encontro, pela primeira vez, o problema da dívida do Terceiro Mundo ocupará grande parte do tempo dos participantes, que estão sendo instados a reconhecer a sua gravidade e, mais que isso, a ajudar os devedores e os bancos privados a sair da armadilha em que caíram. Já se fala até na possibilidade de surgir nessa reunião o embrião de um equivalente do Plano Marshall para promover o desenvolvimento dos países devedores.

A verdade é que, ao contrário do que proclamam os inimigos do sistema econômico ocidental, não são apenas os devedores que sofrem com o problema da dívida: ele também tem causado terríveis danos à economia mundial, ao impedir o crescimento do comércio internacional. Somente os Estados Unidos, como lembra o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, sofreram desde 1982 um declínio de US\$ 15 bilhões em sua balança comercial com a América Latina, que no passado já foi um mercado mais importante que o Japão ou a Alemanha Ocidental para a economia norte-americana.

O fato de os maiores países da região — como o Brasil, o México e a Argentina — estarem enfrentando sérias dificuldades em seus balanços de pagamentos não é apenas um sério entrave para seu desenvolvimento, mas é também um sério gargalo para a solução dos desequilíbrios da balança comercial dos EUA. É por isso que Kissinger, ao analisar as dramáticas consequências da falta de realismo no enfoque do problema da dívida, considera-o semelhante a uma bomba-relógio que ameaça o futuro da democracia no Hemisfério Ocidental. Para ele, "o Brasil não é uma aberração. É um sintoma de uma crise que leva os devedores rumo a uma paralisação política, os credores a um desastre financeiro e as relações Norte-Sul a uma confrontação permanente".

Longe de ser uma voz isolada, o ex-secretário de Estado norte-americano apenas reflete o estado de espírito reinante no mundo desenvolvido, onde a questão da dívida começa a merecer um novo tipo de *approach* tanto por parte dos bancos credores quanto dos governos, com o apoio da opinião pública e da imprensa. Um jornal influente como *The New York Times* tem feito vários editoriais defendendo um enfoque radicalmente distinto das soluções "caso a caso" adotadas até agora, que só têm feito a dívida crescer, comprometendo a expansão das economias endividadas.

Ao comentar a decisão do Citicorp de elevar suas reservas em US\$ 3 bilhões, o *Times* concita os governos dos países industrializados a ajudar os países endividados por meio de instituições como o Banco Mundial e de consórcios financeiros, pois "uma solução privada para a crise da dívida mundial não é prática, nem desejável", insistindo que "nações em desenvolvimento precisam de injeções maciças de capital". O jornal argumenta que uma resposta privada para as dificuldades dos devedores exigiria considerável melhora das condições dos empréstimos antigos, além da limitação dos pagamentos do principal e dos juros a uma percentagem do seu superávit comercial.

No entanto, prossegue o *Times*, "as quantias que os bancos podem oferecer dentro dos limites da prudência estão muito abaixo das dezenas de bilhões de dólares necessários anualmente para apoiar o crescimento do Terceiro Mundo e restaurar as exportações dos Estados Unidos em níveis anteriores à crise". Dessa forma, conclui o jornal, refletindo o pensamento de amplas correntes de opinião nos Estados Unidos, Europa e Japão, a única saída realista "é os governos assumirem maiores riscos", com parte dos recursos fornecidos diretamente por fontes governamentais e parte por fontes privadas, porém com a garantia dos governos.

O *Times* também acredita, com razão, que o canal mais promissor para essa operação de socorro é o Banco Mundial e seus bancos regionais para a Ásia, África e América Latina, que podem avaliar melhor a capacidade dos devedores de usar o capital produtivamente ou dos governos dos países devedores de tomar medidas econômicas impopulares.

Tanto o artigo do *Times* quanto as considerações de Henry Kissinger, somados à iniciativa do governo japonês, que já se comprometeu a fornecer US\$ 30 bilhões a um esquema como o descrito, sugerem que o mundo está próximo de uma solução definitiva para o problema da dívida e de um novo esquema de financiamento do desenvolvimento dos grandes devedores de hoje. Uma solução que não virá de medidas impensadas como a moratória do dr. Funaro — decretada na ingênua esperança de forçar os bancos privados a continuar financiando o desenvolvimento do Terceiro Mundo como vinham fazendo, só que em condições inaceitáveis para eles — ou o calote recomendado pelo ditador Fidel Castro, mas da atitude responsável das economias mais fortes, que, ao ajudarem o Terceiro Mundo, não estarão, evidentemente, fazendo caridade ou "justiça social", mas apenas defendendo os seus próprios interesses, pois também eles dependem de uma sólida expansão do comércio mundial para manter o dinamismo de suas economias.

Dessa forma, ao contrário do que repetem monotonamente os políticos xenófobos do PT e do PMDB, os países capitalistas avançados não têm qualquer interesse e nem podem esperar nenhuma vantagem em perpetuar a miséria do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos, a Comunidade Econômica Européia e o Japão nada lucraram quando a "oitava economia do mundo ocidental" mergulha numa terrível crise cambial. Só perdem mercados com isso. Mas sempre se beneficiam quando nossa capacidade de importar (e pagar) aumenta.

Como bem resumiu o presidente da Petrobrás, Ozires Silva, ao receber o título de "Homem do Ano", oferecido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em Nova York, "há gente, em nosso país, que acha que existe uma conspiração internacional contra o Brasil. Mas isso não tem procedência, porque para a comunidade internacional, especialmente para a comunidade financeira, o êxito do Brasil é um bom negócio".

Infelizmente, essa demonstração de bom senso do presidente da Petrobrás não pode ser considerada representativa do ponto de vista do governo brasileiro e de boa parte da classe política, que ainda acreditam — ou fingem acreditar — na teoria marxista do "imperialismo" e impedem uma real abertura de nossa economia para o capital externo. No entanto, como está provado que o sistema de rolagem da dívida chegou ao fim, a própria evolução da situação internacional nos levará para uma política realista e compatível com as dimensões e necessidades do País. O resto não passa de palavreado sem sentido, de políticos defasados no tempo, que andam na contramão da História.